

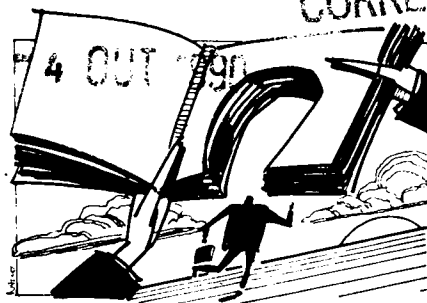
Educação e desenvolvimento

JOSÉ MATIAS PEREIRA

Os países desenvolvidos perceberam, a longo tempo, que o fortalecimento do sistema educacional apresenta-se como a única alternativa consistente para viabilizar o processo de desenvolvimento. Partindo do entendimento que o fortalecimento (através de maciços investimentos) da educação permite a redução da pobreza e aumenta a produtividade. Países como o Japão, EUA e os integrantes da Comunidade Européia, entre outros, demonstraram ao mundo: na prática que nesse setor é necessário orientar políticas claras e objetivas, e sem improvisação.

O problema do analfabetismo, por exemplo, segundo dados recentes da Unesco (organismo da ONU para a área de educação) indicam um quadro preocupante, onde de um total de 962,6 milhões de pessoas analfabetas atualmente no mundo, 920,6 milhões estão nos países em desenvolvimento. Enquanto o número absoluto de analfabetos nos países em desenvolvimento deverá manter-se constante até o ano 2000 (918,5 milhões de pessoas), nos países desenvolvidos os analfabetos declinarão de 42 milhões em 1990 para 23,5 milhões de indivíduos no final da presente década.

Nesse contexto encontra-se o Brasil, numa posição bastante desfavorável (sétimo lugar entre os dez países com o maior número de pessoas analfabetas, lista esta que é encabeçada pela Índia). Atualmente existem no Brasil 33 milhões de analfabetos, sendo que desse conjunto 5,5 milhões são crianças com idade entre sete e 14 anos, que ainda não aprenderam a ler e escrever. Com uma evasão superior



a 50 por cento, na primeira série do 1º grau, apenas 13 por cento das crianças que ingressam na escola para frequentar o ensino fundamental conseguem concluir o curso.

O recente lançamento, pelo Ministério da Educação, do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, que deverá repassar para os estados e municípios cerca de Cr\$ 50 bilhões até 1991 (Cr\$ 10 bilhões no corrente ano), é mais uma tentativa para amenizar a questão do analfabetismo no País (tanto no segmento dos adultos como entre as crianças). Os resultados provavelmente não serão diferentes dos alcançados nos programas de alfabetização lançados no passado.

Isso porque, apesar do crescimento econômico e da ampliação de oportunidades educacionais ocorridas na última década, a condição de classe social é determinante para definir quem terá oportunidade de ingresso e permanência na escola. A realidade dos países em desenvolvimento demonstra que as pessoas são analfabetas porque são pobres, o que implica dizer que, quanto mais elevado for o nível de pobreza, maior será o índice de analfabetismo de um povo.

Mesmo que os programas de alfabetização implementados no Brasil no passado tivessem sido eficientes,

as pessoas alfabetizadas continuariam sem condições de beneficiarem-se do processo de desenvolvimento, visto que o modelo econômico existente não estava estruturado para permitir o acesso das mesmas ao mercado de trabalho e à cultura, condições básicas para evitar a involução das pessoas alfabetizadas.

Deve ser observado, no âmbito dessa questão, que os países em desenvolvimento aplicam em média 4,2 por cento do seu Produto Interno Bruto em educação (os dados disponíveis indicam que o Brasil emprega apenas 3,6 por cento do seu PIB em educação pública). Os países desenvolvidos gastam cerca de seis por cento do seu PIB nesse setor (educação), o que explica as tendências de perpetuação do domínio cultural e econômico desses países sobre os demais (em desenvolvimento).

Após estas considerações, e para concluir, deve-se destacar que nos países em desenvolvimento, e de forma especial no Brasil, existe a necessidade da definição de políticas que tenham como fundamentos básicos a valorização e a qualificação do professor, além da destinação de mais recursos para o reaparelhamento e funcionamento do sistema educacional público, tendo como objetivo permitir que a educação se torne acessível a todos, indistintamente. Dessa forma será possível recuperar o tempo perdido, aceitando assim o entendimento que a educação representa o melhor investimento para o desenvolvimento e que não deve em consequência disso permanecer como privilégio de uma minoria (elite).

■ José Matias Pereira, economista, é assessor especial da Funcep